

# Governo Lula estuda criar imposto mínimo para milionários no Brasil

Ideia é usar tributo para bancar o aumento da faixa de isenção do IRPF para R\$ 5.000

Adriana Fernandes

BRASÍLIA O Ministério da Fazenda estuda criar um imposto mínimo para pessoas físicas a fim de garantir uma tributação efetiva da renda dos milionários no Brasil.

O debate sobre o tema está sendo feito de forma reservada na equipe de Fernando Haddad como eventual contrapartida para bancar o aumento para R\$ 5.000 da faixa de isenção do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física). A correção da tabela é promessa de campanha do presidente Lula (PT). O valor atual de isenção é de dois salários mínimos (R\$ 2.824).

O imposto mínimo sobre as pessoas físicas milionárias teria uma alíquota a ser definida entre 12% e 15% da renda. A sistemática de cobrança seria da seguinte forma: compara-se o valor da aplicação do imposto mínimo sobre a renda total da pessoa, como ganhos de aplicações financeiras, salário, lucros e dividendos etc., com o que ela efetivamente pagou pelo sistema atual. Se o resultado for menor, o contribuinte deverá complementar a diferença no ajuste do IRPF.

Essa seria uma forma alternativa, na prática, de tributar rendas isentas de quem é muito rico no Brasil. Entre elas, por exemplo, lucro e dividendos distribuídos para acionistas de empresas, que não pagam IR. Algumas rendas isentas poderiam, porém, ficar fora da base de cálculo. Esse ponto está sendo avaliado.

Integrantes do governo a par do tema informaram à Folha que uma possibilidade é que o imposto mínimo seja cobrado sobre as pessoas físicas com renda acima de R\$ 1 milhão por ano. Hoje, 250 mil pessoas físicas fazem parte desse grupo. O debate se intensificou ao longo do último mês. Procurada pela reportagem, a Fazenda não respondeu.

No Brasil hoje, quanto mais alta a renda da pessoa física, a tendência é que seja menor o imposto que ela paga. É a chamada



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente Lula (PT) Gabriela Biló - 17 set. 24 / Folhapress

**Taxar super-rico não resolve fiscal, diz Banco Mundial**

Uma proposta de taxa global dos bilionários, como a patrocinada pelo governo Lula, permitiria uma tributação mais equitativa e contribuiria para arrecadar mais recursos para combater as mudanças climáticas, diz o economista-chefe para América Latina e Caribe do Banco Mundial, William Maloney. A iniciativa, no entanto, não é suficiente para sanar os problemas fiscais da região, diz o banco. O custo de corrigir a faixa de isenção do IRPF para R\$ 5.000 poderia chegar a R\$ 50 bilhões, se o reajuste da tabela impactasse todas as faixas. A ideia da equi-

pe econômica é reduzir o impacto para uma patamar em torno de R\$ 35 bilhões restringindo o alcance da isenção para a pessoa que efetivamente ganha R\$ 5.000 e diminuindo a cobrança para quem está próximo dessa faixa.

Na proposta de Orçamento de 2025, a correção não está prevista. O imposto mínimo para as pessoas físicas está em linha com a proposta do economista francês Gabriel Zucman, de uma taxa global de super-ricos, os bilionários. A proposta foi levada pelo Brasil ao G20. A ideia-base do economista prevê um imposto de 2% sobre o patrimônio de 3.000 pessoas que detêm mais de US\$ 1 bilhão ou R\$ 5,15 bilhões (mais de cem deles na América Latina), o que geraria uma receita de US\$ 250 bilhões.

No início de setembro, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, antecipou à Folha que a reforma da renda deverá ser dividida em etapas, começando pela pessoa física. Algumas semanas depois, o próprio Haddad

afirmou que apresentou a Lula cenários para a proposta da reforma da renda.

Na avaliação do economista Manoel Pires, coordenador do CPFO (Centro de Política Fiscal e Orçamento Público) do FGVIbre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), a proposta de criação do imposto mínimo para milionários pode viabilizar, na prática, a tributação de lucros divididos — hoje isentos no Brasil.

Pires critica, no entanto, o eventual uso da arrecadação do imposto para financiar a elevação da faixa de isenção para R\$ 5.000. "Tributa-se não qualquer dividendo, mas o dividendo de quem tem uma capacidade econômica muito grande, aí me parece ser muito difícil que se consiga argumentar contra isso, como já se fez em tentativas anteriores", diz.

"Acho que deveria ser feito, a proposta parece boa. Sou mais crítico à isenção de R\$ 5.000, que é elevada para qualquer parâmetro internacional." Ele ressalta que é importante verificar como será o nível de progressividade de todas as mudanças conjuntamente. "O ideal é que seja mais progressivo como um todo".

Pires lembra que há uma subtributação muito grande no topo da renda por meio de um sistema muito fragmentado que permite excluir da base tributária do imposto várias rendas, como os lucros e dividendos.

Com a medida em análise no governo, essa renda subtributada seria alcançada. Por exemplo, um empresário com renda de R\$ 5 milhões — metade isenta, como lucro e dividendos, e a outra metade de ganho de aplicações financeiras sujeitas a uma alíquota de 15%. Na prática, o imposto pago sobre a renda foi em média de 7,5% ou R\$ 375 mil. Pelo modelo em estudo, ele teria que pagar um adicional de R\$ 375 mil para chegar ao imposto mínimo, em caso de uma alíquota de 15%.

Na avaliação do economista, a proposta é uma forma de elevar a carga efetiva sobre os mais ricos.

Advogados tributaristas ouvidos pela reportagem disseram aguardar mais detalhes das medidas em estudo. "Em vez de pensar numa reforma tributária estruturante, o governo segue operando na base da colcha de retalhos para cobrir déficit orçamentários", diz o tributarista Luiz Bichara.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 19